

Como Brasil e Portugal conduzem suas políticas de educação midiática e como podem contribuir para melhoria de ambos¹

Ivone Ananias dos Santos ROCHA²

Rita de Cássia Romeiro PAULINO³

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

RESUMO

Educar o cidadão para as mídias, começando pela educação básica pode ser um caminho importante para vencer o desafio. Como isso pode ser feito é o problema que se coloca. Uma tentativa pode ser a troca de experiências entre nações. Esse é o objetivo deste artigo, trazer um comparativo entre as políticas públicas de educação midiática do Brasil e de Portugal, bem como suas estratégias de ação, contribuindo assim para o combate à desinformação em ambos os países. Para isso, a metodologia terá a análise sistemática de literatura. A fundamentação se baseará em teóricos da educação midiática, da comunicação, educação e do jornalismo.

Palavras-chave: educação midiática, desinformação, literacia midiática, mídias digitais, educar para as mídias.

Introdução

Diante de um mundo conectado, de abundância de informação e grande quantificação de fontes, a desinformação se apresenta como um grande desafio a ser enfrentado pela sociedade contemporânea. Não que esse seja um problema recente, Evans (2015), em seu livro *El Tercer Reich en la historia y la memoria*, assinala que já no início do século XX, se convivia com a desinformação. A mídia tradicional (impressa, eletrônica e digital), desempenha um papel central nesse cenário, tanto como veículo potencial de desinformação quanto como baluarte na luta contra ela. Da mesma forma, as redes sociais digitais proporcionaram um sobressalto na desinformação, cujo combate também tem sido reforçado. Sob tal cenário, este artigo analisa a educação e a literacia midiáticas no contexto da sociedade atual, em modelos do Brasil e de Portugal.

No Brasil, serão analisadas a Política Nacional de Educação Digital e o documento intitulado *Estratégia Brasileira de Educação Midiática* produzido pela

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal /UFSC); E-mail: ivoneasr@gmail.com

³ Professora de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC), email: rcpauli@gmail.com.

Coordenação-Geral de Educação Midiática do Departamento de Direitos na Rede e da Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). De Portugal, os documentos analisados serão o Plano Nacional de Literacia Mediática e o Referencial de Educação para as Mídias produzido pela Direção Geral de Educação, da República Portuguesa.

O objetivo é contribuir para o combate à desinformação compartilhando os esforços dos setores públicos dos dois países. Em Portugal, além das diretrizes estabelecidas, o país segue aos parâmetros da Comunidade Europeia, o que também será abordado neste artigo. A metodologia compõe análise comparativa dos quatro documentos, coleta de dados, avaliação e a sintetização, numa perspectiva abrangente da literacia e da educação midiática.

Pretendemos nos debruçar sobre os quatro documentos mencionados, traçando uma análise comparativa, considerando as características de ambos os países (territorial, demográficas e culturais) e referenciadas por autores ligados tanto ao jornalismo quanto à educação. Isso porque no Brasil, o projeto de desenvolvimento da literacia midiática é produzido pela área da comunicação, enquanto que em Portugal as diretrizes são voltadas à educação. Para a análise comparativa de ambos os países, serão considerados os seguintes critérios: 1 – Políticas públicas e regulação, envolvendo legislação, instituições governamentais e transparência. 2 – Engajamento da sociedade civil, contemplando a educação e alfabetização midiáticas, as campanhas de sensibilização e o envolvimento da participação da sociedade civil nas estratégias governamentais. A implementação desses critérios ocorrerá a partir da coleta de dados dos documentos; comparação e análise, identificando pontos fortes e fracos de cada critério; e a elaboração de relatórios sintetizados com recomendações e melhorias no combate à desinformação.

Para a fundamentação teórica, o estudo pretende travar um diálogo entre teóricos como McLuhan, a partir da publicação *Understanding Media: The Extensions of Man* (2003); Paulo Freire, entre outros, em *Pedagogia do Oprimido*, (1987) que, embora tenha teorias ligadas a pedagogia e educação, em seus diversos livros, tem princípios que se aplicam à educação midiática; Renee Hobbs, fundadora do *Media Education Lab* e autora do livro *Digital and Media Literacy: Connecting Culture and Classroom* (2011), que defende a educação para os media; e David Buckingham (2000), que pesquisa a educação midiática na perspectiva de crianças e jovens. Entre suas

publicações, destaca-se *Media Education: Literacy, Learning and Contemporary Culture*; sem deixar de mencionar a *Cultura de Convergência*, de Henri Jenkins (2009).

Políticas de educação midiática de Brasil e Portugal

O Brasil instituiu sua política de educação midiática por meio da Lei 14.533, de janeiro de 2023, que alterou as leis 9.394/1996 (de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB); 9448/1997; 10.260/2001 e 10.753/2003. O documento visa “potencializar os padrões e incrementar os resultados das políticas públicas relacionadas ao acesso da população brasileira a recursos, ferramentas e práticas digitais, com prioridade para as populações mais vulneráveis” (Brasil, 2023).

Em Portugal, o documento mais recente é a Resolução do Conselho de Ministros, Nº 142/2023, que prevê a criação de um Plano Nacional para a Literacia Mediática, “como forma de contrariar o défice no acesso, consulta e leitura dos conteúdos informativos de imprensa e promover o combate à desinformação e à divulgação de conteúdos falsos junto da população” (Portugal, 2023). O documento “revoga a Resolução do Conselho do Governo n.º 134/2018, de 4 de dezembro”. O texto destaca a atenção do governo de Portugal para políticas públicas de combate às desigualdades e as formas de exclusão no ambiente midiático. E que os media têm importância na dimensão informativa e em outras da vida cotidiana.

A grande diferença entre ambos está na direção. Enquanto no Brasil o foco é a educação para as mídias, por entender que as pessoas precisam mudar seus hábitos e costumes sobre a utilização dos canais e ferramentas digitais, em Portugal, o foco é trabalhar a literacia, ou seja, a capacidade de ler, escrever e interpretar a informação obtida. Entre as formas de conhecimento e habilidades, insere-se a literacia digital. Esse posicionamento se conecta com Gee (2003), para quem, um bom aprendizado em jogos é um processo darwiniano, ou seja, pode ser aplicado em diversos contextos e áreas do conhecimento.

As semelhanças também podem ser vistas em seus focos. Tanto no Brasil quanto em Portugal, as políticas priorizam crianças e jovens do ensino básico, embora os esforços do país português possam parecer maiores. Isso se percebe no Referencial de Educação para os Media, produzido em 2014, com atualização em 2023, no âmbito da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (Enec) (2017) que visa a “contribuir para a formação de cidadãos dotados de pensamento crítico, socialmente ativos e

participativos”, preconizado no perfil dos egressos do ensino básico. Aliás, a conclusão do ensino básico é encarada como um referencial para que os jovens se configurem como atores da educação e dos organismos de políticas educativas. Daí o nome de Referencial de Educação para os Media. Para a atualização do documento, foram considerados alguns pontos como o avanço tecnológico e, conseqüentemente, dos media; a mudança de práticas midiáticas, em função da pandemia de Covid; a expansão das redes sociais digitais; a plataformização e seus algoritmos; os novos sistemas de inteligência artificial; e o aumento dos desafios do jornalismo diante da superabundância de canais e de volumes de informações.

Documento correspondente no Brasil é a Estratégia Brasileira de Educação Midiática, instituída em 2023, “entendida como o conjunto de iniciativas desenvolvidas pelo Governo Federal, sob coordenação da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), voltadas à promoção da educação para as mídias da população brasileira” (Brasil, 2023). Tem como propósito formular e coordenar políticas públicas no âmbito do ambiente digital, por considerar que o avanço tecnológico contemplado, inclusive pela inteligência artificial, foi responsável pelas transformações sociais, principalmente no ecossistema comunicacional e informacional, favorecendo a expansão dos acessos e a “crescente concentração no uso de determinadas aplicações, mantidas por um pequeno grupo de empresas comumente denominadas de *Big Techs*” (Brasil, 2023). No artigo completo serão apresentados mais detalhes tanto da legislação vigente quanto das estratégias de educação para as mídias de ambos os países.

Histórico da educação para as mídias

Esse tema, que também pode ser entendido como literacia midiática tem uma história que data de mais de um século. Os primeiros estudos de que se tem notícia datam das décadas de 1920 e 1930, se considerarmos a popularização do cinema e do rádio. Foi quando vieram os primeiros esforços para se compreender o impacto desses meios de comunicação na sociedade e como forma de serem utilizados no campo da educação.

Isso foi bem retratado por McLuhan em 1964 e 1967, respectivamente, em suas publicações *Os meios de comunicação como extensão do homem* e *O meio é a mensagem*. Em ambos, ele entene que o meio pelo qual é transmitida uma informação exerce uma influência tal na sociedade que se torna mais significativa que o próprio conteúdo. E que diferentes mídias moldam nossa percepção e compreensão do mundo.

Jenkins (2009) corrobora o pensamento de McLuhan, sobretudo quando destaca que os meios de comunicação da atualidade são responsáveis por novas formas de participação e interação.

Nesse histórico, destacamos ainda o período de 1940 e 1950, com a expansão da televisão, que chega a provocar preocupações sobre seu impacto na cultura da sociedade e no comportamento das crianças. Nos lembramos então de Buckingham (2000), que analisou a interação de crianças e adolescentes com a televisão e a forma como dão sentido ao conteúdo televisivo, apontando a necessidade de uma alfabetização midiática. Katz e Lazarsfeld (1955) chamam a atenção para a influência da mídia (e com ela a televisão) na opinião pública. Nos Estados Unidos e na Europa, o movimento pela Educação midiática data da década de 1960, com um esforço no sentido de incluir o tema nos currículos escolares. As considerações de McLuhan (1967) também se voltaram para esse período.

Entre os anos 1980 e 1990 acompanhamos o surgimento da internet comercial e sua popularização, já assinalando a necessidade de se trabalhar a literacia midiática. Em relação a esse período, cabe destaque a obra *A Terceira Onda* de Alvin Toffler (1980), em que ele analisa as transformações sociais, econômicas e tecnológicas, propondo uma nova visão de futuro, frente a esses recursos.

Toffler, apresenta uma análise abrangente das transformações sociais, econômicas e tecnológicas que a humanidade enfrentou e propõe uma visão sobre o futuro. Sugere também que a história da humanidade pode ser dividida em três grandes ondas de mudança, cada uma trazendo uma revolução distinta na forma como as sociedades são organizadas e operam. Em outra publicação (*Choque do Futuro*), o autor ressalta que “operar uma sociedade com uma nova tecnologia, a área que sofre a incisão não é a mais afetada. A área de incisão e do impacto fica entorpecida. O sistema inteiro é que muda...” (1970, apud Vieira, s/d).

No percurso da educação midiática apontamos o ano de 1982, quando a Unesco apresenta seu primeiro programa de educação para a mídia. Os anos 2000, com a proliferação dos dispositivos móveis e a ampliação de seu uso pela sociedade; 2004, com a Carta Europeia de Literacia Mediática; 2010, com a expansão da literacia midiática e informacional (MIL); 2012, com a preocupação na formação dos professores, quando a Unesco lança o *Media and Information Literacy: Curriculum for Teachers*; e nos anos

2020, em que avança o contexto da desinformação e que teve grande contribuição da pandemia de Covid-19.

Conclusão

Por mais que se proliferem estudos e pesquisas que tratem da educação midiática, certamente não darão conta de toda a abrangência do tema. Educar para o uso correto e responsável das mídias requer pensar uma grande transformação da sociedade, a começar pela mudança cultural.

O grande desafio é como isso precisa ser feito e do que depende para que seja realizado. Nesse sentido, várias propostas se apresentam, sejam da sociedade civil ou do Estado. Ao analisar as políticas de educação digital e de literacia do Brasil e de Portugal, notamos que ambos os países podem apresentar contribuições significativas. O país europeu está na estrada há mais tempo, até porque a *media education* é discutida na comunidade europeia desde a década de 1960. No Brasil, embora a discussão do tema ainda seja recente, sua política traz diretrizes que podem ser consideradas por outros países. Nos referimos aos projetos de educação não-formal⁴ que são introduzidos em escolas de ensinos básico e infantil, respectivamente. Um deles é o Arriégua! Ói as Fake News⁵: manual de checagem nordestina, da cidade de Teresina, Piauí. Outro é o Imprensa Mirim⁶, que trabalha a educação midiática em atividades lúdicas com crianças do ensino infantil da cidade de São Paulo. Esses e outros serão detalhados neste artigo.

Tudo isso é resultado de experiências do ecossistema educativo que, com recursos da comunicação e do jornalismo atuam diretamente no combate à desinformação e no uso responsável das mídias, começando por crianças e jovens. Na fundamentação teórica, este estudo traz autores ligados ao tema que convergem, mas que farão ainda mais conexão com teóricos da comunicação e da educação.

⁴ Educação não-formal é definida por Maria da Gloria Gohn como um processo educativo intencional e sistemático que ocorre fora do sistema formal de ensino, segundo artigo intitulado “Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas”, disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 22 jun. 2014.

⁵ O projeto Arriégua! Ói as Fake News está disponível em: https://drive.google.com/file/d/1sz2JheXCDQK8lk_wHmbJzD_m7FHobUWa/view. Acesso em 26 jun. 2024.

⁶ O projeto Imprensa Mirim pode ser acessado em <https://www.youtube.com/channel/UCQRboDVGJK4LdS6QEX7ONvw>. Acesso em 26 jun. 2024.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023.** Institui a Política Nacional de Educação Digital. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ano 140, n. 10, p. 1-6, 12 jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm. Acesso em 27 jun. 2024.

BRASIL. **Estratégia Brasileira de Educação Midiática.** SECOM. Brasília - DF: Imprensa Nacional, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica-apresenta-as-politicas-publicas-voltadas-para-a-populacao/2023_secom-spdiği_estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf. Acesso em: 27 jun. 2024.

BUCKINGHAM, David. **Media Education: Literacy, Learning and Contemporary Culture.** London, 2000

EVANS, Richard. **El Tercer Reich en la historia y la memoria.** Barcelona: Ediciones B, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GEE, James Paul. **What Video Games Have to Teach Us About Learning and Literacy.** New York: Palgrave Macmillan. 2003.

HOBBS, Renee. **Digital and Media Literacy: Connecting Culture and Classroom.** Thousand Oaks, CA: Corwin, 2011.

Jenkins, Henry. **Cultura da Convergência: A Circulação de Conteúdos nas Mídias Contemporâneas.** Tradução de Maria Elisa Britto e Elisabete de Almeida Ribeiro. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

KATZ, Elihu, & LAZARFELD, Paul F. **Personal Influence: The Part Played by People in the Flow of Mass Communication.** Glencoe, IL: The Free Press, 1955

MCLUHAN, Marshall. **Understanding Media.** The Extensions of Man. Critical Edition. Edited by W. Terrence Gordon. Gingko Press, 2003.

MCLUHAN, Marshall. **Understanding Media: The Extensions of Man.** New York: McGraw-Hill, 1964.

PORTUGAL. **REFERENCIAL DE EDUCAÇÃO PARA OS MEDIA.** EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, ENSINO BÁSICO, ENSINO SECUNDÁRIO. Dezembro/2023. Disponível em: <https://www.internetsegura.pt/noticias/dge-apresenta-nova-versao-do-referencial-de-educacao-para-os-media>. Acesso em 26 jun. 2024

PORTUGAL. Ministério da Educação. **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.** Lisboa, 2017. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/estrategia-nacional-de-educacao-para-cidadania>. Acesso em: 26 jun. 2024.

PORTUGAL. **Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/2023,** de 20 de junho de 2023. Diário da República: 1.ª série, n.º 119, 22 jun. 2023. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/144151540>. Acesso em: 27 jun. 2024.

TOFFLER, Alvin. **A Terceira Onda.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

TOFFLER, Alvin. **O Choque do Futuro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970**

UNESCO . **Releases Media and Information Literacy: Curriculum for Teachers.** Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000192971>. Acesso em 27 jun. 2024

VIEIRA, A. de F. (2015). **A atualidade do pensamento de Alvin Toffler e Marshall McLuhan: ondas globais como extensão do homem.** *Logos*, 2(2), 11–15. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/16426>. Acesso em 27 jun. 2024